

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E IDENTIDADE NACIONAL

Aluna: Júlia Alexim Nunes da Silva
Orientador: Adriano Pilati

Introdução

Esse trabalho é fruto da pesquisa realizada junto ao Programa de Educação Tutorial do Departamento de Direito – PET-JUR – ao longo do ano de 2005. Nesse período, procurou-se desenvolver um estudo sobre a constituição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Brasil. Constituição essa que se deu durante os anos 20 e 30 do século passado e se consolidou com a criação de um órgão estatal especializado na seleção e proteção de bens de relevante valor cultural: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

O que se pretende discutir é como, na década de trinta, e, em especial no Estado Novo, constituiu-se toda uma idéia peculiar de nação, de identidade nacional e de Brasil. Essa idéia, presente tanto nas atividades estatais, refletindo um projeto político de integração e fortalecimento da nação, quanto nos movimentos de vanguarda, permite que se considere o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além do instituto do tombamento, como um elemento desse movimento de busca por uma identidade nacional. Elemento este responsável por materializar nos bens tombados a existência, a arte e a história da nação.

Tudo isso, a partir da análise da atuação dos agentes do SPHAN. Órgão cujos trabalhos foram viabilizados e legitimados pela atuação de intelectuais de renome que conferiam crédito à instituição, em especial intelectuais modernistas, e por um discurso jurídico estatal, concretizado no Decreto-Lei nº. 25 de 1937, que revestiu de legalidade a atuação dos agentes do SPHAN e as limitações administrativas que se impunham aos proprietários dos bens protegidos através do tombamento.

Assim, o discurso intelectual e o discurso jurídico vão se unir para, a partir de atos derivados do Poder de Polícia, praticados dentro de uma agência estatal, construir um saber técnico e um conjunto de práticas voltados para a escolha e preservação dos bens que deveriam compor o patrimônio da nação.

Objetivos

O intuito da pesquisa é demonstrar de que forma a idéia de nação é algo construído, que varia de acordo com o tempo e com o lugar, e que depende do suporte de um conjunto de discursos legitimados que confirmam validade e legitimidade.

Com relação ao tema específico do trabalho o objetivo é demonstrar como a noção de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e, por consequência, de arte nacional no Brasil nos anos trinta foi o resultado da combinação de um discurso jurídico-estatal com o discurso de vanguarda modernista que, por sua vez, determinará os critérios para a configuração da arte verdadeiramente brasileira.

Metodologia

Para a realização desse trabalho foi necessária a consulta de processos de tombamento, hoje arquivados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, que foram então avaliados a partir de conceitos apresentados na bibliografia sobre Patrimônio Histórico e sobre o projeto modernista. Além disso, foi feita uma análise do Decreto Lei nº. 25/37 e do instituto do tombamento, a partir de doutrinadores de Direito Administrativo.

Conclusões

Primeiramente, a pesquisa demonstrou que a atuação de intelectuais modernistas em uma agência estatal determinou a construção da idéia de identidade nacional e de arte nacional nos anos 30. O maior resultado dessa atuação foi a eleição – e afirmação – do Barroco Colonial e do próprio Modernismo como estilos artísticos verdadeiramente brasileiros. O primeiro enquanto uma arte de oposição ao colonizador e o segundo enquanto um segundo movimento artístico original, verdadeira expressão da cultura brasileira.

Em segundo lugar, a análise da legislação que regulava (e ainda regula) as práticas de preservação de bens culturais nos permitiu perceber a importância da atuação do Poder de Polícia estatal que, através do tombamento, eternizou a prova material da existência de uma arte nacional nos termos como ela foi definida pelos intelectuais modernistas.

Referências

- 1- CASTRO, Sônia Rabello de. **O Estado na Preservação de Bens Culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- 2- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. In: **Artes de Fazer** – v. 11. Petrópolis: Vozes, 1994.
- 3- CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os Arquitetos da Memória: a Construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (anos 30 e 40)**. Niterói: Tese de Doutorado (Universidade Federal Fluminense), 1998
- 4- COSTA, Lúcio. Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. **Revista do SPHAN**, n. 5, 1941.
- 5- HANSEN, João Adolfo. Pós Moderno e Barroco. **Cadernos do Mestrado**, v. VIII, FFLCH/USP, pp.28-55.
- 6- _____. Arte Seiscentista e Teologia Política. **Revista Arte Sacra Colonial: Barroco Memória Viva**, FFLCH/USP, pp. 180-189.
- 7- LONDRES, Cecília. **O Patrimônio em Processo: Trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- 8- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2000.